

ATRACADOURO COMUNITÁRIO: DEMANDA DOS PESCADORES ARTESANAIS DO BAIRRO LAMI, PORTO ALEGRE

Coordenador: LOVOIS DE ANDRADE MIGUEL

Autor: MARCELA MENEGHETTI BAPTISTA

O bairro Lami se localiza no extremo sul de Porto Alegre e é banhado pelas águas do Guaíba na porção entre a Ponta do Cego e o Morro do Côco. Distingui-se por seu patrimônio natural ímpar no município, constituído por morros e terras planas que se estendem até o Lago Guaíba, apresentando uma vegetação diversa constituída por remanescentes florestais, campos arenícolas, matas de restinga, banhados, juncais e maricazais. O bairro é caracterizado como ruo-urbano, apresentando uma considerável produção agrícola, intercalada com núcleos de ocupação urbana. Além da agricultura, destaca-se no bairro a pesca, sendo ela o foco desta proposta. Esta caracteriza-se pela atividade de uma comunidade de pescadores artesanais profissionais, de aproximadamente doze famílias, vinculadas à Colônia de Pescadores Z4, na sua maioria com larga experiência na pesca em ambientes lacustres (Lago Guaíba e Lagoa dos Patos). Evidencia-se uma intensa participação de mulheres na prática pesqueira, bem como na garantia de alternativas econômicas ao pescado, principalmente no que diz respeito ao artesanato. No período de outubro de 2006 a julho de 2007, a Ong CAMP (Centro de Educação Popular) desenvolveu o Projeto "Fomento a projetos de diversificação econômica e agregação de valor do pescado nas Colônias Z4 e Z5", financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tendo como parceiro institucional o DESMA (Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Por meio desta proposta, foram realizadas oficinas direcionadas às questões socioambientais das comunidades envolvidas, a partir da perspectiva de fomento a estratégias de participação e organização comunitária para comercialização do pescado. Visualizando a continuidade das ações propostas levantaram-se demandas prioritárias da comunidade do Lami. Assim, deu-se o início de um processo de diálogo e negociação entre pesquisadores, extensionistas e comunidades na perspectiva de uma gestão colaborativa dos recursos pesqueiros. A principal demanda levantada foi a construção de um atracadouro que possibilite a ancoragem dos barcos pesqueiros. Múltiplas foram as motivações e justificativas para tal reivindicação, ficando evidente que esta é resultado de um longo processo de observação, reflexão e

negociação interna quanto a sua viabilidade em termos físicos (materiais e estrutura), biológico (minimização de impactos ambientais e coerência com a direção de ventos e marés) e sociais (benefício aos pescadores, demais membros da comunidade local e veranistas). Convém ressaltar que no período de administração entre 2000 e 2004 da Reserva Biológica do Lami (RBL), no processo de estabelecimento do plano de manejo desta unidade de conservação (que localiza-se na área de abrangência do bairro) foram incorporados os pontos de vista de diversos segmentos sociais representativos do entorno quanto ao gerenciamento desta área. Nesta lógica, estabeleceu-se um processo de negociação entre a esfera administrativa da RBL e pescadores locais no que concerne à utilização do trapiche da RBL para ancoragem dos barcos da localidade. Na administração seguinte da RBL, esta negociação não foi considerada e inviabilizando o uso de tal espaço, sem considerar alternativas para esta importante demanda deste grupo social. Em vista disso, a construção do atracadouro é fundamental por: a) assegurar maior segurança às embarcações devido a proximidade com a RBL, possibilitando maior fiscalização do espaço e das embarcações; b) proteger as embarcações do vento sul e sudoeste, principalmente no inverno, que aumenta a velocidade das correntes no sentido de entrada de água na baía Lami, provocando as cheias e dificultando a saída dos barcos para outros locais de pesca; c) facilitar o acesso às embarcações, através de um trapiche percorrendo um curto trecho do lago em direção ao ancoradouro; d) possibilitar o manuseio do pescado distante dos veranistas e comunidade local que usufruem da orla do Lami, principalmente no verão, garantindo um local específico destinado ao uso restrito dos pescadores; e) propiciar um espaço que potencialize, de forma ecologicamente orientada, atividades eco-turísticas destinadas aos veranistas e comunidade, visualizando em médio a longo prazo a regulamentação e organização de passeios turísticos e sua conseqüente geração de renda para a comunidade de pescadores do Lami; f) garantir um espaço de organização do trabalho da pesca artesanal que estimule a vida social, o viver e o cotidiano do trabalho de pescador, suas redes de relações sociais, orientando para uma identidade social de grupo. Quanto a funcionalidade do atracadouro, considerando aspectos estruturais e ecológicos, este foi avaliado e projetado em uma maquete construída coletivamente pelos pescadores, simbolizando e materializando o amadurecimento da proposta. Neste processo de construção da maquete, foram estabelecidos de modo consensual aspectos referentes ao formato, localização, área e número de embarcações a serem contempladas. A proposta da maquete considerou também um importante aspecto relacionado a ecologia da paisagem: o trânsito de animais silvestres. Neste sentido, projetou-se uma abertura no ancoradouro nas proximidades da orla, cuja vegetação é caracterizada predominantemente

por junco, para fluxo e circulação destes animais, destacando as capivaras e jacarés, segundo os pescadores. Na atual fase busca-se um responsável técnico (arquiteto ou engenheiro) para que seja elaborado um estudo de viabilidade urbanística (EVU). O papel do Desma nesta etapa, tem sido de acompanhar o processo assumindo um papel de mediação em situações em que se faça necessária uma intervenção técnica ou acadêmica mais específica. Pesquisadores do Desma tem se empenhado em divulgar este projeto, elaborando uma análise e argumentação técnica e socialmente fundamentada, mostrando sua importância para a comunidade local e estabelecendo contatos com núcleos de pesquisa habilitados para atuarem como responsável técnico. O projeto foi apresentado por integrantes do Desma na Reunião do Comitê da Bacia do Lago Guaíba, onde muitos presentes manifestaram apoio. Outros contatos e parcerias tem sido estabelecidos de modo a atender a reivindicação da comunidade. Também há a necessidade de uma pessoa jurídica, tendo como possibilidade a colônia Z4. Posteriormente, deverá ser encaminhado um protocolo à Secretaria de Planejamento Municipal (SPM). Salienta-se que esta comunidade vem se organizando para encontrar estratégias de manutenção de sua reprodução social, incentivados por programas governamentais e projetos não governamentais. O Desma, como um segmento da universidade, tem buscado apoiar o esforço destes grupos apoiado na premissa de que o uso de recursos, do espaço e a manutenção modo de vida destas comunidades rufo-urbanas é essencial na promoção e no sucesso de projetos que também atuem na perspectiva da conservação. Ressalta-se, assim, a importância do conhecimento local para a manutenção dos ecossistemas e como uma ferramenta para a conservação da biodiversidade.